



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX Nº 021 QUARTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente
Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º Secretário
Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª Secretária
Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª Secretária
Senadora Angela Portela (PT-RR)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT-AC)

2º Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB-RR)

1º Secretário
Vicentinho Alves (PR-TO)

2º Secretário
Zeze Perrella (PDT-MG)

3º Secretário
Gladson Cameli (PP-AC)

4ª Secretária
Angela Portela (PT-RR)

Suplentes de Secretário

1º Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer (PTB-PI)

4º Douglas Cintra (PTB-PE)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes de Secretário

1º Mandetta (DEM-MS)

2º Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3ª Luiza Erundina (PSB-SP)

4º Ricardo Izar (PSD-SP)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – RESOLUÇÃO

Nº 3/2015-CN	5
--------------------	---

2 – ATA DA 22ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE OUTUBRO DE 2015

2.1 – ABERTURA.....	17
---------------------	----

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Mendonça Filho, contraditada pelo Senador José Pimentel e respondida pela Presidência.....

17

2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação

19

2.2.2.1 – Relatórios

Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao segundo quadrimestre de 2015, dos seguintes órgãos: Poder Executivo Federal (**Mensagem nº 361/2015, na origem**), Supremo Tribunal Federal (**Mensagem nº 49/2015, na origem**), Ministério Público da União (**Ofício nº 1.353/2015, na origem**), Câmara dos Deputados (**Ofício nº 1.820/2015, na origem**), Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 466/2015, na origem**), Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 298/2015, na origem**), Tribunal de Contas da União (**Aviso nº 1.098/2015, na origem**), Tribunais Regionais do Trabalho das 1^a, 6^a, 8^a, 10^a, 11^a, 15^a, 16^a e 23^a Regiões (**Ofícios nºs 189, 625, 19, 20, 1.090, 454, 359 e 279/2015, na origem**), Tribunais Regionais Federais das 1^a e 3^a Regiões (**Ofícios nºs 2.317 e 1.355.023/2015, na origem**) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (**Expediente s/nº/2015**).....

19

2.2.3 – Adoção de medida provisória

Adoção da Medida Provisória nº 695/2015, que *autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Memorando nº 73/2015-Bloco Socialismo e Democracia/SF)*

19

2.2.4 – Mensagem da Presidente da República

Nº 12/2015-CN (nº 367/2015, na origem), que encaminha relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2015. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*.....

23

2.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 12/2015-CN (nº 1.088/2015, na origem), que encaminha constatação de indícios de irregularidade em obra na cidade de São Paulo

25

2.2.6 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 13/2015-CN (nº 373/2015, na origem), que encaminha relatório de desempenho do Fundo Soberano do Brasil, referente ao segundo trimestre de 2015

27

2.2.7 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 14/2015-CN (nº 1.018/2015, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.221/2015, referente à atualização de informações de obras no Estado do Rio de Janeiro.....

27

2.2.8 – Estabelecimento de calendário

Estabelecimento de calendário para os Avisos nºs 12 a 14/2015-CN

29

2.2.9 – Oradores

DEPUTADO JOÃO DANIEL – Pesar pelo falecimento do Sr. José Eduardo Dutra.....

29

2.2.10 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Rodrigo Maia e respondida pela Presidência.....

30

2.2.11 – Oradores (continuação)

DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA – Homenagem à Universidade José do Rosário Vellano, em Alfenas-MG, por seus 43 anos de fundação; e outro assunto.

33

2.2.12 – Suspensão da sessão às 13 horas e 13 minutos

36

2.3 – ENCERRAMENTO.....

36

CONGRESSO NACIONAL

3 - COMISSÕES MISTAS.....	37
4 - CONSELHOS E ÓRGÃO	51

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2015-CN

Altera a Resolução nº 1, de 2006 – CN, para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 2006 – CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 17.

§ 1º Dentre as relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual, caberão ao Senado Federal 6 (seis) relatorias, observando-se o seguinte:

I – quando o Relator-Geral pertencer à Câmara dos Deputados, caberão ao Senado Federal a primeira, a quarta, a sétima, a décima, a décima-terceira e a décima-quinta escolhas, e à Câmara dos Deputados as demais;

II – quando o Relator-Geral pertencer ao Senado Federal, caberão ao Senado Federal a segunda, a quinta, a oitava, a décima, a décima-segunda e a décima-quarta escolhas, e à Câmara dos Deputados as demais.

....." (NR)

"Art. 26. O projeto será dividido nas seguintes áreas temáticas, cujos relatórios ficarão a cargo dos respectivos Relatores Setoriais:

I – Transporte;

II – Saúde;

III – Educação e Cultura;

IV – Integração Nacional;

V – Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário;

VI – Desenvolvimento Urbano;

VII – Turismo;

VIII – Ciência e Tecnologia e Comunicações;

IX – Minas e Energia;

X – Esporte;

XI – Meio Ambiente;

XII – Fazenda e Planejamento;

XIII – Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas;

XIV – Trabalho, Previdência e Assistência Social;

XV – Defesa e Justiça; e

XVI – Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores." (NR)

"Art. 43. As comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, poderão apresentar emendas ao projeto." (NR)

"Art. 44.

.....
§ 1º Poderão ser apresentadas, por comissão, até 8 (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

....." (NR)

"Art. 45. As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito do mesmo órgão orçamentário e do mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos." (NR)

"Art. 49. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária terão como montante 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, distribuído pela quantidade de parlamentares no exercício do mandato.

Parágrafo único. Cada parlamentar poderá apresentar até 25 (vinte e cinco) emendas ao projeto de lei orçamentária anual." (NR)

"Art. 50. As emendas individuais deverão:

I – atender às disposições contidas na lei de diretrizes orçamentárias e na legislação aplicável;

II – no caso de projetos, resultar, em seu conjunto, em dotação suficiente para conclusão da obra ou da etapa do cronograma de execução a que se refere.” (NR)

“Art. 51. O Relator-Geral apresentará Relatório Preliminar que, aprovado pelo Plenário da CMO, estabelecerá os parâmetros e critérios que deverão ser obedecidos na elaboração do relatório do projeto pelo Relator-Geral e pelos Relatores Setoriais.” (NR)

“Art. 52.

.....
II –

.....
g) as orientações específicas referentes à apresentação e à apreciação de emendas de Relator;.....” (NR)

“Art. 82. Na tramitação do projeto, serão observados os seguintes prazos:

I – até 5 (cinco) dias para publicação e distribuição em avulsos, a partir do recebimento do projeto;

II – até 30 (trinta) dias para realização de audiências públicas, a partir do recebimento do projeto;

III – de 1º a 20 de outubro para apresentação de emendas à despesa e à receita, inclusive renúncia de receita;

IV – até 3 (três) dias para publicação e distribuição de avulsos das emendas, a partir do término do prazo definido no inciso III;

V – até 10 (dez) dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório da Receita, a partir do prazo definido no inciso III;

VI – até 3 (três) dias para votação do Relatório da Receita e suas emendas, a partir do prazo definido no inciso V;

VII – até 2 (dois) dias para apresentação, publicação e distribuição do Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido no inciso VI;

VIII – até 3 (três) dias para apresentação de emendas ao Relatório Preliminar, a partir do término do prazo definido no inciso VII;

IX – até 3 (três) dias para votação do Relatório Preliminar e suas emendas, a partir do término do prazo definido no inciso VIII;

X – até 10 (dez) dias para apresentação, publicação e distribuição dos relatórios setoriais, a partir do término do prazo definido no inciso IX;

XI – até 10 (dez) dias para votação dos relatórios setoriais, a partir do término do prazo definido no inciso X;

XII – até 8 (oito) dias para apresentação, publicação e distribuição do relatório do Relator-Geral, a partir do término do prazo definido no inciso XI;

XIII – até 5 (cinco) dias para votação do relatório do Relator-Geral, a partir do término do prazo definido no inciso XII;

XIV – até 2 (dois) dias para encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido no inciso XIII;

XV – até 4 (quatro) dias para votação no Congresso Nacional, a partir do término do prazo definido no inciso XIV;

XVI – até 3 (três) dias para implantação das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração dos autógrafos, a partir da aprovação do parecer pelo Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 132. O parecer da CMO sobre as emendas à receita e à despesa será conclusivo e final, salvo requerimento para que emenda seja submetida a votos, assinado por 1/10 (um décimo) dos congressistas e apresentado à Mesa do Congresso Nacional até o início da ordem do dia da sessão do Congresso Nacional.” (NR)

“Art. 132-A. Ressalvado o art. 132, poderão ser apresentados, até o início da ordem do dia, 10 (dez) destaques, em cada Casa, de dispositivos individuais ou conexos, a requerimento de líderes, que independerão de aprovação pelo Plenário, observada a seguinte proporcionalidade:

I – na Câmara dos Deputados:

a) de 5 (cinco) até 24 (vinte e quatro) Deputados: 1 (um) destaque;

b) de 25 (vinte e cinco) até 49 (quarenta e nove) Deputados: 2 (dois) destaques;

c) de 50 (cinquenta) até 74 (setenta e quatro) Deputados: 3 (três) destaques;

d) 75 (setenta e cinco) ou mais Deputados: 4 (quatro) destaques;

II – no Senado Federal:

a) de 3 (três) até 5 (cinco) Senadores: 1 (um) destaque;

b) de 6 (seis) até 11 (onze) Senadores: 2 (dois) destaques;

c) de 12 (doze) até 17 (dezessete) Senadores: 3 (três) destaques;
d) 18 (dezoito) ou mais Senadores: 4 (quatro) destaques."

Art. 2º Revogam-se os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 26, o art. 36, os incisos I e II do § 1º do art. 44, o inciso III e o parágrafo único do art. 50, as alíneas "I", "K" e "m" do inciso II do art. 52, o inciso III do art. 53 e o Anexo, todos da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, inclusive, no que couber, a projetos em tramitação.

Congresso Nacional, em 25 de setembro de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

Ata da 22ª Sessão Conjunta, em 6 de outubro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 30 minutos e suspende-se às 13 horas e 13 minutos. Decorridos 30 minutos, encerra-se a sessão.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Senadores:



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:39
Número: 29

**55ª LEGISLATURA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA N° 022 - 06/10/2015**

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL
Presidiram a Sessão: Renan Calheiros - 12:29

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 06/10/2015 11:58
Fim : 06/10/2015 13:47

Total de Presentes: 54

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Angela Portela	PT	
Presentes de Roraima : 1		
AMAPÁ		
Davi Alcolumbre	DEM	
João Capiberibe	PSB	
Randolfe Rodrigues	REDE	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Flexa Ribeiro	PSDB	
Jader Barbalho	PMDB	
Paulo Rocha	PT	
Presentes de Pará : 3		
AMAZONAS		
Omar Aziz	PSD	
Sandra Braga	PMDB	
Presentes de Amazonas : 2		
RONDÔNIA		
Ivo Cassol	PP	
Valdir Raupp	PMDB	
Presentes de Rondônia : 2		
ACRE		
Jorge Viana	PT	
Presentes de Acre : 1		
TOCANTINS		
Vicentinho Alves	PR	
Presentes de Tocantins : 1		
MARANHÃO		
Edison Lobão	PMDB	
João Alberto Souza	PMDB	
Presentes de Maranhão : 2		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:39
Número: 29

	Partido	Bloco
CEARÁ		
Eunício Oliveira	PMDB	
José Pimentel	PT	
Tasso Jereissati	PSDB	
Presentes de Ceará : 3		
PIAUÍ		
Elmano Férrer	PTB	
Regina Sousa	PT	
Presentes de Piauí : 2		
RIO GRANDE DO NORTE		
Fátima Bezerra	PT	
Presentes de Rio Grande do Norte : 1		
PARAÍBA		
Raimundo Lira	PMDB	
Presentes de Paraíba : 1		
PERNAMBUCO		
Douglas Cintra	PTB	
Fernando Bezerra Coelho	PSB	
Humberto Costa	PT	
Presentes de Pernambuco : 3		
ALAGOAS		
Benedito de Lira	PP	
Renan Calheiros	PMDB	
Presentes de Alagoas : 2		
SERGIPE		
Antonio Carlos Valadares	PSB	
Eduardo Amorim	PSC	
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
Lídice da Mata	PSB	
Otto Alencar	PSD	
Walter Pinheiro	PT	
Presentes de Bahia : 3		
MINAS GERAIS		
Zezé Perrella	PDT	
Presentes de Minas Gerais : 1		
ESPÍRITO SANTO		
Magno Malta	PR	
Ricardo Ferrão	PMDB	
Rose de Freitas	PMDB	
Presentes de Espírito Santo : 3		
RIO DE JANEIRO		
Marcelo Crivella	PRB	
Romário	PSB	
Presentes de Rio de Janeiro : 2		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Senadores)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:39
Número: 29

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	
Marta Suplicy	PMDB	
Presentes de São Paulo : 2		
MATO GROSSO		
Blaíro Maggi	PR	
José Medeiros	PPS	
Presentes de Mato Grosso : 2		
DISTRITO FEDERAL		
Reguffe	PDT	
Presentes de Distrito Federal : 1		
GOIÁS		
Lúcia Vânia	PSB	
Presentes de Goiás : 1		
MATO GROSSO DO SUL		
Delcídio do Amaral	PT	
Simone Tebet	PMDB	
Waldemir Moka	PMDB	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 3		
PARANÁ		
Gleisi Hoffmann	PT	
Presentes de Paraná : 1		
SANTA CATARINA		
Dalírio Beber	PSDB	
Dário Berger	PMDB	
Paulo Bauer	PSDB	
Presentes de Santa Catarina : 3		
RIO GRANDE DO SUL		
Ana Amélia	PP	
Lasier Martins	PDT	
Paulo Paim	PT	
Presentes de Rio Grande do Sul : 3		

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Deputados:



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:38
Número: 29

**55ª LEGISLATURA
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 022 - 06/10/2015**

Presidente da Casa: Renan Calheiros - PMDB/AL
Presidiram a Sessão: Renan Calheiros - 12:29

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Inicio : 06/10/2015 11:58
Fim : 06/10/2015 13:47

Total de Presentes: 198

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Edio Lopes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Maria Helena	PSB	
Presentes de Roraima : 2		
AMAPÁ		
Cabuçu Borges	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Reatogui	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Marcivania	PT	
Presentes de Amapá : 3		
PARÁ		
Beto Faro	PT	
Beto Salame	PROS	
Edmilson Rodrigues	PSOL	
Elcione Barbalho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Francisco Chapadinha	PSD	
Joaquim Passarinho	PSD	
José Priante	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Júlia Marinho	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Simone Morgado	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Zé Geraldo	PT	
Presentes de Pará : 10		
AMAZONAS		
Alfredo Nascimento	PR	
Átila Lins	PSD	
Conceição Sampaio	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcos Rotta	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Pauderney Avelino	DEM	
Presentes de Amazonas : 5		
RONDONIA		
Lindomar Garçon	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Rondonia : 1		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:38
Número: 29

	Partido	Bloco
ACRE		
Alan Rick	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoE
Angelim	PT	
César Messias	PSB	
Jéssica Sales	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Leo de Brito	PT	
Sibá Machado	PT	
Presentes de Acre : 6		
TOCANTINS		
Carlos Henrique Gaguim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Dulce Miranda	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Professora Dorinha Sebra Rezende	DEM	
Presentes de Tocantins : 3		
MARANHÃO		
Alberto Filho	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Cleber Verde	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoE
Eliziane Gama	REDE	
Hildo Rocha	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
José Reinaldo	PSB	
Junior Marreca	PEN	PmdbPpPtbPscPhsPen
Sarney Filho	PV	
Victor Mendes	PV	
Zé Carlos	PT	
Presentes de Maranhão : 9		
CEARÁ		
Aníbal Gomes	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Ariosto Holanda	PROS	
Chico Lopes	PCdoB	
Domingos Neto	PROS	
José Airton Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
Leônidas Cristino	PROS	
Luzianne Lins	PT	
Odorico Monteiro	PT	
Ronaldo Martins	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoE
Vicente Arruda	PROS	
Vitor Valim	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Ceará : 12		
PIAUÍ		
Assis Carvalho	PT	
Átila Lira	PSB	
Flávio Nogueira	PDT	
Silas Freire	PR	
Presentes de Piauí : 4		
RIO GRANDE DO NORTE		
Antônio Jácome	PMN	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPslPtdoE
Presentes de Rio Grande do Norte : 1		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:38
Número: 29

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
Benjamin Maranhão	Solidaried	
Efraim Filho	DEM	
Hugo Motta	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Luiz Couto	PT	
Manoel Junior	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Rômulo Gouveia	PSD	
Presentes de Paraíba : 6		
PERNAMBUCO		
Augusto Coutinho	Solidaried	
Gonzaga Patriota	PSB	
Jarbas Vasconcelos	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Jorge Corte Real	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Mendonça Filho	DEM	
Ricardo Teobaldo	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Tadeu Alencar	PSB	
Presentes de Pernambuco : 7		
ALAGOAS		
Cícero Almeida	PRTB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoE
Maurício Quintella Lessa	PR	
Paulão	PT	
Presentes de Alagoas : 3		
SERGIPE		
João Daniel	PT	
Laercio Oliveira	Solidaried	
Presentes de Sergipe : 2		
BAHIA		
Afonso Florence	PT	
Alice Portugal	PCdoB	
Benito Gama	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Caetano	PT	
Daniel Almeida	PCdoB	
Davidson Magalhães	PCdoB	
Elmar Nascimento	DEM	
Jutahy Junior	PSDB	
Moema Gramacho	PT	
Paulo Magalhães	PSD	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Presentes de Bahia : 12		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:38
Número: 29

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
Adelmo Carneiro Leão	PT	
Delegado Edson Moreira	PTN	PrbPtnPmnPrpPsdoPrtbPtcPsiPtdoE
Fábio Ramalho	PV	
Jô Moraes	PCdoB	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PR	
Marcelo Álvaro Antônio	PRP	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoE
Marcos Montes	PSD	
Margarida Salomão	PT	
Odelmo Leão	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Padre João	PT	PmdbPpPtbPscPhsPen
Raquel Muniz	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Renzo Braz	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Silas Brasileiro	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Stefano Aguiar	PSB	
Tenente Lúcio	PSB	
Weliton Prado	PT	
Zé Silva	Solidaried	
Presentes de Minas Gerais : 19		
ESPÍRITO SANTO		
Carlos Manato	Solidaried	
Dr. Jorge Silva	PROS	
Givaldo Vieira	PT	
Helder Salomão	PT	
Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Marcus Vicente	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Paulo Foleto	PSB	
Sergio Vidigal	PDT	
Presentes de Espírito Santo : 8		
RIO DE JANEIRO		
Alessandro Molon	REDE	
Cabo Daciolo	S.Part.	
Celso Jacob	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Chico Alencar	PSOL	
Chico D Angelo	PT	
Deley	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Glauber Braga	PSOL	
Hugo Leal	PROS	
Jair Bolsonaro	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Jandira Feghali	PCdoB	
Jean Wyllys	PSOL	
Leonardo Picciani	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Miro Teixeira	REDE	
Rodrigo Maia	DEM	
Wadih Damous	PT	
Walney Rocha	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Rio de Janeiro : 16		



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)

Data: 08/10/2015
 Hora: 18:38
 Número: 29

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
Ana Perugini	PT	
Andres Sanchez	PT	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Baleia Rossi	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Carlos Zarattini	PT	
Edinho Araújo	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Eduardo Bolsonaro	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Eli Corrêa Filho	DEM	
Evandro Gussi	PV	
Flavinho	PSB	
Goulart	PSD	
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSD	
José Mentor	PT	
Major Olímpio	PDT	
Nilto Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Teixeira	PT	
Ricardo Izar	PSD	
Roberto Alves	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoE
Roberto de Lucena	PV	
Tiririca	PR	
Valmir Prascidelli	PT	
Vicente Cândido	PT	
Vicentinho	PT	
Vinícius Carvalho	PRB	PrbPtnPmnPrpPsdcPrtbPtcPsiPtdoE
Presentes de São Paulo : 27		
MATO GROSSO		
Adilton Sachetti	PSB	
Professor Víctorio Galli	PSC	PmdbPpPtbPscPhsPen
Ságua Moraes	PT	
Valtenir Pereira	PROS	
Presentes de Mato Grosso : 4		
DISTRITO FEDERAL		
Alberto Fraga (*)	DEM	
Erika Kokay	PT	
Presentes de Distrito Federal : 2		
GOIÁS		
Daniel Vilela	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Pedro Chaves	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Goiás : 2		
MATO GROSSO DO SUL		
Carlos Marun	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Elizeu Dionizio	Solidariedade	
Geraldo Resende	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Tereza Cristina	PSB	
Zeca do PT	PT	
Presentes de Mato Grosso do Sul : 5		



**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Presença na Sessão (Deputados)**

Data: 08/10/2015
Hora: 18:38
Número: 29

	Partido	Bloco
PARANÁ		
Aiel Machado	REDE	
Diego Garcia	PHS	PmdbPpPtbPscPhsPen
Dilceu Sperafico	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Enio Verri	PT	
Leandre	PV	
Luciano Ducci	PSB	
Luiz Carlos Hauly	PSDB	
Marcelo Belinati	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Ricardo Barros	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Rubens Bueno (*)	PPS	
Zeca Dirceu	PT	
Presentes de Paraná : 11		
SANTA CATARINA		
Cesar Souza	PSD	
Edinho Bez	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Esperidião Amin	PP	PmdbPpPtbPscPhsPen
Jorginho Mello	PR	
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Ronaldo Benedet	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Valdir Colatto	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Santa Catarina : 7		
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Motta	PDT	
Bohn Gass	PT	
Darcisio Perondi	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
João Derly	REDE	
Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Mauro Pereira	PMDB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Pepe Vargas	PT	
Ronaldo Nogueira	PTB	PmdbPpPtbPscPhsPen
Presentes de Rio Grande do Sul : 11		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - As listas de presença acusam o comparecimento de 26 Senhoras e Senhores Senadores e 92 Senhoras e Senhores Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, segundo o art. 29.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Mendonça Filho, para que S.Exa. coloque a sua questão de ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Sr. Presidente.

O art. 29 do Regimento Comum diz o seguinte:

"Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos."

A sessão estava marcada para 11h30min. Nós temos aí uma tolerância, de acordo com o Regimento Interno, de 30 minutos. Ao meio-dia nós não tínhamos quórum para iniciar a sessão. Mesmo levando em consideração a tese defendida pela Secretaria-Geral da Mesa do Congresso de que esse quórum deve ser contado a partir da abertura do painel, que abriu às 11h58min, portanto, às 12h28min deveria ter quórum. Quando o relógio do plenário atingiu 12h28min, nós também não tínhamos quórum.

Então, eu peço a V.Exa. que encerre a sessão, que foi iniciada sem o quórum regimental. Que V.Exa. marque uma nova sessão do Congresso Nacional para hora e dia que V.Exa. achar conveniente, para que possamos cumprir o Regimento da Casa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Senador José Pimentel, com a palavra V.Exa. para contraditar a questão de ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o quórum é visível. Temos 93 Deputados Federais e 30 Senadores. O número mínimo seria 14 Senadores e 86 Deputados Federais. Portanto, V.Exa. tem toda razão em iniciar os trabalhos. Por isso, vamos abrir a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu queria, respondendo especificamente à questão que foi levantada pelo Deputado Mendonça Filho, informar que nós atingimos o quórum exatamente dentro do 28º minuto.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - Não, Sr. Presidente. Se V.Exa. observar o registro da sessão — nós acompanhamos o cronômetro e o horário no painel —, havia 85 Deputados às 12h28min.

O §1º do art. 29 diz o seguinte:

"Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do 'quorum'; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Ou seja, o Regimento é claríssimo, Sr. Presidente. Eu peço a V.Exa. que, em nome do respeito ao Regimento da Casa, do Congresso Nacional, encerre a sessão, porque, se V.Exa. pedir a sua assessoria para verificar o cronômetro às 12h28min, vai verificar que tínhamos 85 Deputados, portanto, um quórum insuficiente para o início da sessão.

Então, é preciso cumprir o Regimento e encerrar a sessão. V.Exa. tem todo o direito de convocar nova sessão do Congresso Nacional.

Eu acho estranho apenas que este Governo, que fez tanto barulho em torno de uma reforma ministerial, há poucos dias, nem celebre uma semana da reforma ministerial e não tenha a capacidade de colocar quórum na sessão do Congresso Nacional. Isso mostra a instabilidade política, mostra que a ingovernabilidade permanece. É um Governo sem base, sem apoio aqui dentro da Câmara e do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) - Sr. Presidente...

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ) - Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Ana Amélia e ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP) - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é um pouco diferente da anterior. A minha questão de ordem agora é a seguinte, Sr. Presidente: não poderia o painel ter sido aberto por funcionário. Só um Congressista poderia abrir o painel, mas ele foi aberto sem a presença de nenhum Congressista — nem de V.Exa., ínclito Presidente, nem dos demais Vice-Presidentes.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. desconsiderasse esse painel e o reabrisse, pois que tem autoridade para isso. Não é qualquer funcionário que pode fazê-lo, e lamentavelmente, foi o que aconteceu.

Essa é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu queria, especificamente, respondendo à questão de ordem do Deputado Arnaldo Faria de Sá, dizer que o painel foi aberto com a minha determinação. Fui eu que pedi para a Secretaria-Geral da Mesa abrir o painel. Exatamente às 11h58min, nós abrimos o painel.

A contestação é porque, no exato minuto das 12h28min31seg, nós atingimos o quórum. Então, dentro do minuto ainda.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP) - Na verdade, Sr. Presidente, no Regimento, não há nada que preveja que V.Exa. possa determinar a um subalterno que faça a abertura do painel.

O painel é um ato parlamentar, é um ato do Congresso e não poderia ter sido aberto por pessoa indicada ou solicitada por terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP-RS. Sem revisão da oradora.) - Não vou entrar na discussão regimental de abrir ou não a sessão. A minha preocupação maior, Presidente Renan Calheiros, e já o fiz na sessão anterior do Congresso Nacional, é relativa ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2015, que até mereceu uma manifestação do Senador Pimentel sobre a questão do Instituto *AERUS de Seguridade Social*.

Essas pessoas já estão, eu diria, no limite do limite. Isso já está constituído, aprovado na Comissão Mista de Orçamento e é uma matéria de alto alcance social. Quer dizer, será que a Casa não terá pelo menos a responsabilidade de deliberar sobre essa matéria? Trata-se do PLN 2, já de conhecimento de V.Exa. e de todos os Senadores e Deputados.

Esse é o apelo que faço, para resgatar o direito dos representantes do AERUS, que estão mais uma vez aqui no Congresso Nacional, liderados pela Graziella Baggio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os servidores do Judiciário estão há 9 anos sem reajuste salarial. Este Congresso Nacional votou o reajustamento do Judiciário, e a Presidente da República vetou, através do Veto 26. Eu estou aqui para votar esse veto. São 9 anos, e nós estamos discutindo por alguns segundos. Penso que este ato formal não pode prejudicar a aspiração de votar. Nós queremos votar.

Se V.Exa. achar que deve encerrar este painel e abrir outro ou não, a discussão é outra; V.Exa. decide. Eu acho relevante é que a sessão esteja convocada, que estejam presentes aqui aqueles que têm compromisso com o próprio processo legislativo, que só se esgota com a apreciação do voto; e daí vêm os seus desdobramentos.

Então, creio que nós devemos seguir com a sessão da maneira como V.Exa. determinou, com a finalidade para qual ela está convocada. Vamos às discussões das matérias que estão em pauta! Penso que assim estaremos melhor cumprindo o nosso mandato.

Daqui, digo do meu compromisso com a derrubada do Veto 26.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Vou conceder a palavra aos Deputados Rubens Bueno e José Guimarães. Em seguida, vamos continuar a sessão do Congresso Nacional.

Com a palavra V.Exa., Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas desejo fazer um registro. A Senadora Ana Amélia acabou de falar da questão do Instituto *Aerus de Seguridade Social*, que envolve os aposentados e pensionistas da VARIG e da TRANSBRASIL. Acontece, Sr. Presidente, que há uma decisão judicial para que o Governo cumpra essa decisão, enviando para o Congresso Nacional proposta que venha dar recursos, que banque o pagamento, que desde abril está suspenso. O Governo, no final do ano passado, enviou uma proposta esdrúxula, que não atende à demanda dos valores necessários para o pagamento desses aposentados e pensionistas.

Aqui me somo à Senadora Ana Amélia para dizer que há uma decisão judicial que o Governo não cumpre, criando, ao longo do tempo, dificuldade para transmitir isso em forma de recurso para pagamento àqueles que, ao longo da vida, contribuíram para esse fundo. O Governo, de forma displicente, deixou passar e quebrou a VARIG em 2006. A partir daí, nós estamos com essa dificuldade. Quantos anos já se passaram? Nove anos!

Por isso, mais uma vez, cobra-se do Governo uma medida provisória ou o que quer que seja, para que, de imediato, saia o pagamento e não fique na fila da sessão do Congresso Nacional, que, aliás, tem milhares de vetos a serem apreciados e até hoje não conseguiu fazê-lo. Imaginem se matéria dessa importância ficar para ser apreciada depois dos vetos! Há decisão judicial mandando pagar aos aposentados e aos pensionistas da VARIG e da TRANSBRASIL!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Deputado José Guimarães, tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas desejo ratificar, com base no Regimento Comum do Congresso Nacional, a posição de V.Exa.

O art. 28 do Regimento Comum diz:

"As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso."

Foi o que aconteceu.

Segundo, Presidente, o art. 29 diz:

"À hora do inicio da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos."

V.Exa. não quebrou nenhuma formalidade. Está agindo de acordo com o que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) - Há sobre a mesa expedientes que serão despachados e publicados na forma regimental. São os seguintes os expedientes:

RELATÓRIOS

- Mensagem nº 361/2015, na Origem – Poder Executivo Federal;
- Mensagem nº 49/2015, na Origem – Supremo Tribunal Federal;
- Ofício nº 1353/2015, na origem – Ministério Público da União;
- Ofício nº 1820/2015, na origem – Câmara dos Deputados;
- Ofício nº 466/2015, na origem – Tribunal Superior do Trabalho;
- Ofício nº 298/2015, na origem – Conselho Nacional de Justiça;
- Aviso nº 1098/2015, na origem – Tribunal de Contas da União;
- Ofício nº 189/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 1º região;
- Ofício nº 625/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região;
- Ofício nº 19/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região;
- Ofício nº 20/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região;
- Ofício nº 1090/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 11ª região;
- Ofício nº 454/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região;
- Ofício nº 359/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 16ª região;
- Ofício nº 279/2015, na origem – Tribunal Regional do Trabalho da 23ª região;
- Ofício nº 2317/2015, na origem – Tribunal Regional Federal da 1ª Região; e
- Ofício nº 1355023/2015, na origem – Tribunal Regional Federal da 3º Região.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Os respectivos relatórios de gestão fiscal já estão publicados no Diário Oficial da União.

As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) - A Sra. Presidente da República adotou, em 2 de outubro de 2015, e publicou, no dia 5 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 695, de 2015, que autoriza o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação nos termos e condições previstos no art. 2º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e dá outras providências.

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional. A matéria será publicada em avulsos.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB/PSD)	
Eunício Oliveira	1.
Omar Aziz	2.
Sérgio Petecão	3.
	4.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP)

Humberto Costa	1. Telmário Mota
Acir Gurgacz	2. Walter Pinheiro
Benedito de Lira	3. Lindbergh Farias
Paulo Rocha	4. Fátima Bezerra

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima	1. Aloysio Nunes Ferreira
Paulo Bauer	2.
Ronaldo Caiado	3. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Lídice da Mata	1. Vanessa Grazziotin
----------------	-----------------------

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor	1. Blairo Maggi
-----------------	-----------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN

Leonardo Picciani	1. Baleia Rossi
Jovair Arantes	2. Daniel Vilela
Antônio Brito	3. Dulce Miranda
Arnaldo Faria de Sá	4. Edio Lopes

PT

Sibá Machado	1. Afonso Florence
Ságua Moraes	2. Benedita da Silva

PSDB

Carlos Sampaio	1. Nilson Leitão
----------------	------------------

Bloco PRB / PTN / PMN / PRP / PSDC / PRTB / PTC / PSL / PTdoB

Celso Russomanno	1. César Halum
PSD	

Rogério Rosso	1. Paulo Magalhães
---------------	--------------------

PR

Maurício Quintella Lessa	1. Wellington Roberto
--------------------------	-----------------------

PSB

Fernando Coelho Filho	1. Paulo Foleto
-----------------------	-----------------

DEM

Mendonça Filho	1. Efraim Filho
----------------	-----------------

PCdoB*

Jandira Feghali	1. Luciana Santos
-----------------	-------------------

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: **05/10/2015**
- Designação da Comissão: **06/10/2015**
- Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 11/10/2015 (6 dias após a publicação)**
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* - Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: **até 1º/11/2015(até o 28º dia)**
- Recebimento previsto no SF: **1º/11/2015**
- Prazo no SF: **de 02/11/2015 a 15/11/2015 (42º dia)**
- Se modificado, devolução à CD: **15/11/2015**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 16/11/2015 a 18/11/2015 (43º ao 45º dia)**
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **19/11/2015 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **03/12/2015**

É o seguinte o ofício da liderança:



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

À publicação
 Em 05 / 08 /2015

GLBSD- Memo.73/2015

Brasília, 5 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador **RENAN CALHEIROS**
 Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Indicação de membros para Comissão Mista de Medidas Provisórias

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência que, nos casos em que o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia não encaminhar, no prazo regimental, as indicações para composição das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, seja feita prontamente minha indicação, na condição de Líder, como membro titular, bem como a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin, na condição de vice-líder, para compor, como suplente, as referidas comissões.

Respeitosamente,

Secretaria de Gestão Legislativa do
 Congresso Nacional
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em, 06 / 10 / 15 às 10h00
 Nome: Dairine Ross
 Matr. Nº 228518

Lidice da Mata
Senadora Lídice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) - A Presidência recebeu os seguintes expedientes:

Mensagem nº 12, de 2015, que encaminha relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2015.

São as seguintes a mensagem e a exposição de motivos:

**MENSAGEM N° 12 DE 2015 - CN
(Mensagem nº 367, na origem)**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 128 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, encaminho a Vossas Excelências o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão.

Brasília, 30 de setembro de 2015.

EMI nº 00133/2015 MF MP

Brasília, 29 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência relatório contendo o resultado primário realizado no segundo quadrimestre de 2015 e a meta de resultado primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais Federais não financeiras, fixada para o exercício de 2015, conforme disposto no art. 128 da Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2015), e em atendimento ao art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LC nº 101/2000).

2. A Lei nº 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2015), estabeleceu uma meta de R\$ 66,3 bilhões para o superávit primário do setor público consolidado, sendo a meta de superávit primário do Governo Central de R\$ 55,3 bilhões e de R\$ 0,0 para as Empresas Estatais Federais. Não obstante a fixação destas metas para o Governo Central e para as Empresas Estatais Federais, o § 2º do art. 2º da LDO-2015 prevê a possibilidade de compensação entre as mesmas. Conjuntamente, a LDO estimou a meta de superávit primário para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em R\$ 11,0 bilhões, de forma que para efeitos de cumprimento da meta estabelecida para o Setor Público, o Governo Central compensará o eventual valor não atingido por esses entes.

3. A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA-2015), que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, adotou a meta de superávit primário do Governo Federal de R\$ 55,3 bilhões, já considerando o abatimento de R\$ 28,7 bilhões, conforme o § 5º do art. 2º da LDO-2015. A LOA-2015 foi publicada no dia 22 de abril de 2015, portanto, após o término do primeiro bimestre e do prazo legal para o envio do Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do 1º bimestre aos demais Poderes. Assim, tal relatório não foi elaborado, uma vez que não havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento não podia ser executado, exceto as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015.

4. Em 22 de maio de 2015, o Poder Executivo apresentou o Relatório de avaliação de receitas e despesas do 2º bimestre e publicou o Decreto nº 8.456, contendo a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015. Em relação à LOA 2015, o Relatório de avaliação de receitas e despesas do 2º bimestre – preparado a partir dos dados realizados, em sua maioria, até o mês de abril, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as metas fiscais vigentes – reduziu a estimativa da receita líquida para 2015 em R\$ 65,1 bilhões. Quanto às estimativas de despesas primárias de execução obrigatória, houve uma elevação de R\$ 5,8 bilhões, o que resultou na indicação da necessidade de redução dos limites de empenho e pagamento das despesas discricionárias de todos os poderes em R\$ 70,9 bilhões. Como o Decreto nº 8.456 foi publicado após o final de abril, este não apresentou metas fiscais para o primeiro quadrimestre, não havendo necessidade de avaliação do cumprimento da meta para o referido período.

5. Em julho, constatou-se que haveria dificuldades adicionais de avançar em direção ao cumprimento da meta fiscal estabelecida originalmente na LDO 2015. Em termos específicos, a dificuldade reside primordialmente na deterioração da arrecadação, explicada em larga parte pela queda na atividade econômica muito acima da estimada ao final do ano passado, assim como pelo aumento das despesas obrigatórias. A deterioração da arrecadação para além das projeções originais da RFB pode ser atribuída em parte a fatores específicos, como a frustração no desempenho dos setores de óleo e gás e da construção pesada em função da redução do preço internacional do petróleo. Também caberia menção à

reprogramação fiscal de significativo número de empresas, à luz de um cenário de incertezas, que contribui para uma retração da arrecadação maior do que a que seria prevista exclusivamente por fatores cíclicos associados a um ajuste macroeconômico decorrente da forte e provavelmente persistente mudança desfavorável dos termos de troca do país.

6. Nesse contexto, o Poder Executivo enviou o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº5 (PLN 5/2015-CN), de 22/07/2015, propondo a alteração da LDO-2015 no sentido de reduzir a meta de resultado primário. O presente relatório já considera o projeto de lei em questão. Em termos nominais, o Projeto de Lei encaminhado fixa a meta de superávit primário do setor público não financeiro consolidado para 2015 em R\$ 8,7 bilhões, equivalente a 0,15% do PIB, sendo R\$ 5,8 bilhões do Governo Federal. Em relação aos entes subnacionais, sua meta foi alterada, pelo supramencionado PLN, de R\$ 11,0 bilhões para R\$ 2,9 bilhões, havendo possibilidade de compensação mútua entre estes e o Governo Central, em caso de não alcance de uma das referidas metas.

7. Também em 22 de julho do ano corrente, o Poder Executivo apresentou o Relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre. Tal Relatório, preparado a partir dos dados realizados, em sua maioria até o mês de junho, dos parâmetros macroeconômicos atualizados e em consonância com as metas fiscais vigentes, em relação à avaliação de receitas e despesas do 2º bimestre, reduziu a estimativa da receita líquida para 2015 em R\$ 46,7 bilhões e elevou a estimativa de despesas obrigatórias em R\$ 11,4 bilhões. Cabe destacar que a avaliação do 3º bimestre refletiu as alterações propostas pelo PLN 5/2015, inclusive no que concerne à redução de R\$ 49,4 bilhões da meta de resultado primário do Governo Federal de 2015. Diante da combinação dos fatores citados, e com o objetivo de reforçar o ajuste fiscal, reduziu-se em R\$ 8,6 bilhões os limites de empenho e pagamento das despesas discricionárias em relação aos constantes no Decreto nº 8.456/2015.

8. No âmbito do Poder Executivo, as orientações decorrentes da avaliação do 3º bimestre foram implementadas por meio do Decreto nº 8.496, de 30 de julho de 2015, que estabelece a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015. Nesse Decreto, foi estabelecida a meta de resultado primário para o 2º quadrimestre de déficit de até R\$ 18,0 bilhões para o Governo Federal, sendo déficit de R\$ 17,0 bilhões para o Governo Central e de R\$ 1,0 bilhão para as empresas estatais federais.

9. Encerrado o mês de agosto, o resultado primário do Governo Central acumulado até o 2º quadrimestre foi de déficit de R\$ 14,9 bilhões, enquanto as Empresas Estatais Federais registraram déficit no montante de R\$ 331,7 milhões. Dessa forma, o Governo Federal realizou déficit primário de R\$ 15,2 bilhões até o 2º quadrimestre, ficando dentro do limite estabelecido no Decreto nº 8.496/2015. Portanto, fica comprovado o cumprimento da meta de resultado primário do Governo Federal nº 2º quadrimestre de 2015.

10. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a presente exposição de motivos, propondo o encaminhamento do relatório supramencionado anexo à Comissão Mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Joaquim Vieira Ferreira Levy

Nelson Henrique Barbosa Filho

O inteiro teor do relatório referido pode ser encontrado na consulta à tramitação da matéria, no sítio do Senado.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Calendário de tramitação do MCN 12/2015 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 06/10/2015

Até 11/10/2015- prazo para publicação da matéria;

Até 26/10/2015- prazo para apresentação de relatório;

Até 3/11/2015- prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 10/11/2015- prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria /PMDB-AL) - Avisos nºs 12 a 14, de 2015, do Tribunal de Contas da União — o calendário de publicação e de tramitação será publicado, e os relatórios estarão disponíveis, na íntegra, no Portal do Senado Federal.

As matérias vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

São os seguintes os avisos:

AVISO Nº 12 DE 2015 - CN

(Aviso nº 1088-GP/TCU, na origem)

Brasília, 25 de setembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no caput do art. 117 da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (LDO 2015), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo TCU, foram constatados, consoante dados contidos na mídia digital anexa, indícios de irregularidade grave na seguinte obra:

Corredor de ônibus- SP- Radial Leste- Trecho 3 (TC-011.535/2015-6).

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento encontra-se, desde já, disponível no site deste Tribunal (www.tcu.gov.br) e que o acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada pelo contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

RAIMUNDO CARREIRO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília- DF

Aviso nº 1085-GP/TCU

Brasília, 24 de setembro de 2015.

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Despacho exarado pelo Ministro Bruno Dantas nos autos do TC-011.535/2015-6, que trata de auditoria efetuada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana deste Tribunal (SeinfraUrbana) no Edital RDC Presencial 003/2015, referente às obras de implantação do corredor de ônibus- Radial Leste (Município de São Paulo), no período compreendido entre 25/5/2015 e 17/7/2015.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Brasília- DF

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 147/2015/CMO

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Solicitação de autuação do Aviso nº 1085-GP/TCU, de 24.09.2015, referente às obras de implantação do corredor de ônibus - Radial leste (Município de São Paulo).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas da União, encaminhou a esta Presidência, através do Aviso nº 1085-GP/TCU, de 24.09.2015, cópia do Despacho exarado pelo Ministro Bruno Dantas, referente às obras de implantação do corredor de ônibus - Radial leste (Município de São Paulo), no período compreendido entre 25/5/2015 e 17/7/2015.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais do Aviso nº 1085-GP/TCU, de 24.09.2015, do Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

AVISO Nº 13 DE 2015 - CN
(Aviso nº 373/MF, na origem)

Brasília, de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
SENADOR DA REPÚBLICA RENAN CALHEIROS

Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil- FSB referente ao segundo trimestre de 2015.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil- FSB, relativo ao segundo trimestre de 2015, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

2. Encaminho ainda erratas aos Relatórios de Desempenho do FSB, relativos aos quatro trimestres de 2014 e ao primeiro trimestre de 2015, as quais contemplam recomendações da Controladoria-Geral da União, a saber: alterações nos títulos dos gráficos apresentados e ajustes metodológicos na capitalização do Patrimônio Líquido do FSB pela TJLP. Ressalta-se que os resultados do FSB não sofreram quaisquer alterações, não prejudicando a análise dos relatórios originalmente enviados ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado d Fazenda

AVISO Nº 14 DE 2015-CN
(Aviso nº 1018/-GP/TCU, na origem)

Brasília, 8 de setembro de 2015.

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 2221/2015 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), para conhecimento, em especial quanto às informações contidas no subitem 9.1 da referida Deliberação, prolatada pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão Ordinária de 2/9/2015, ao apreciar o processo nº TC-014.355/2015-9, que trata de Relatório de Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2015.

Atenciosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência a Senhora Senadora ROSE DE FREITAS

Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional
Brasília-DF

ACÓRDÃO Nº 2221/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 014.355/2015-9.

2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Instituto Estadual do Ambiente; Ministério das Cidades (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2015, no Ministério das Cidades (MCidades), na Caixa Econômica Federal e no Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea), com o objetivo de fiscalizar as obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que os indícios de irregularidades graves do tipo IG-P, apontados no Contrato 02/2014-Inea, relativo às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí (Projeto Iguaçu), não mais se enquadram no inciso IV do § 1º do art. 112 da Lei 13.080/2015 (LDO 2015), tendo sua classificação sido alterada para IG-C (inciso VI do § 1º do art. 112 da mesma Lei), em função de o Inea estar realizando as tratativas para rescindir o contrato e o Ministério das Cidades já haver assegurado que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença;

9.2. determinar à SeinfraUrbana/Siob que, em relação à obra de Controle de Inundações nos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí/RJ, reclassifique, no sistema Fiscalis, o achado Projeto básico deficiente ou desatualizado referente ao Edital de Concorrência Inea 29/2013 e ao Contrato 02/2014-Inea, o qual teve sua classificação no âmbito do TCU alterada de IG-P para IG-C, em função de o Inea estar realizando as tratativas para rescindir Contrato e o Ministério das Cidades já haver assegurado que não serão direcionados recursos públicos federais para o pagamento de quaisquer valores inerentes a essa avença;

9.3. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.3.1. o Ministério das Cidades;

9.3.2. a Caixa Econômica Federal;

9.3.3. o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea);

9.4. apensar o presente processo ao TC 003.137/2014-7, com fundamento nos arts. 2º, inciso VIII, e 36 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata nº 35/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 2/9/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2221-35/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho. 13.3.

Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Fui presente

AROLDO CEDRAZ
Presidente

RAIMUNDO CARREIRO
Relator

PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Of. Pres. n. 146/2015/CMO

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Solicitação de autuação do Aviso nº 1018-GP/TCU, de 8/9/2015 - Recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Tribunal de Contas da União, encaminhou a esta Presidência, através do Aviso nº 1018-GP/TCU, de 8.9.2015, cópia do Acórdão nº 2221/2015-TCU-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente às obras de complementação de intervenções estruturais do projeto de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, no estado do Rio de Janeiro.

A fim de que esta Comissão exerça de forma plena a sua competência constitucional, necessário se faz que o referido documento seja antes autuado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, e, posteriormente, prossiga observando os trâmites regimentalmente determinados.

Assim sendo, encaminho, em anexo, para autuação, os originais do Aviso nº 1018-GP/TCU, de 8.9.2015, do Tribunal de Contas da União.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Senadora ROSE DE FREITAS
Presidente

Calendário de tramitação dos Avisos nºs 12 a 14/2015-CN (art. 120, Res. 1 de 2006-CN)

Leitura: 6/10/2015

Até 11/10/2015- prazo para publicação da matéria;

Até 26/10/2015- prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 3/11/2015- prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo;

Até 10/11/2015- prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós vamos começar o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel. S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria registrar, nesta sessão do Congresso Nacional, a lamentável perda de um dos grandes dirigentes deste País, em especial do nosso partido, o PT, que foi José Eduardo Dutra.

Lamentavelmente, ele enfrentou nos últimos períodos um câncer, e ontem, na cidade de Belo Horizonte, foi feita a última despedida, com a presença de familiares e amigos, entre eles, o nosso querido ex-Presidente Lula, dirigentes da PETROBRAS e do movimento sindical.

Eu queria registrar, Sr. Presidente e todos que nos acompanham, que José Eduardo Dutra foi um dos grandes homens que Sergipe conheceu. Não era natural de Sergipe, mas deu a vida, o amor à causa do povo sergipano. Foi um dos maiores dirigentes sindicais, fundador e lutador do sindicato dos mineiros, no Estado de Sergipe; foi dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores; sempre militou e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores; orgulhou toda a nossa militância, orgulhou o povo sergipano em todos os espaços que atuou.

José Eduardo Dutra foi um dos grandes Senadores da história do Estado de Sergipe e do Brasil. Encampou todas as lutas da classe trabalhadora, numa posição firme, coerente, na defesa dos princípios da ética, da dignidade e da defesa dos grandes projetos pelos quais nosso País sempre lutou. Tive oportunidade de conhecê-lo e de com ele conviver, durante muitos anos, no movimento sindical, no movimento popular e no Partido dos Trabalhadores. Ele será sempre lembrado como uma das grandes memórias, como uma das grandes referências para a militância de esquerda no Brasil.

Como Presidente da PETROBRAS, utilizou sempre sua força, sua energia, para levar projetos importantes para todo o Brasil; mas, em especial, sempre olhou o Estado de Sergipe.

Em cada canto do Estado de Sergipe, há uma obra levada pelo nosso querido, ex-Presidente da PETROBRAS, ex-Senador e ex-Presidente do nosso partido José Eduardo Dutra, seja nas rodovias, seja na agricultura familiar. Tive o prazer de, há poucos anos, estar com ele na Cooperativa de Assentados do Município de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, onde José Eduardo Dutra fez questão de acompanhar, de ir lá assinar, conhecer e ver o projeto desenvolvido pela PETROBRAS de biodiesel, produção de girassol com agricultura familiar.

Era um dos homens que pensava, que atuava, que agia com compromisso e com firmeza. Portanto, a militância do movimento popular, do movimento sindical e do nosso Partido dos Trabalhadores leva a mais alta solidariedade a todos os amigos e aos familiares desse grande homem que honrou o nosso País, a nossa Pátria, que orgulhou a nossa militância de esquerda do Brasil e que deixa o legado de uma das histórias mais bonitas de um homem público brasileiro.

Descanse em paz, grande companheiro, comandante e grande dirigente que foi e que será sempre lembrado por nós todos, José Eduardo Dutra!

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, O PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, é com profundo pesar que lamentamos a morte do ex-Senador por Sergipe José Eduardo Dutra, do PT. Conheci Zé Eduardo no início do ano de 1987, como sindicalista. Dutra sempre apoiou todas as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.

No velório de Zé Eduardo, ouvi dos dirigentes da Federação Única dos Petroleiros — FUP o relato sobre um Presidente da PETROBRAS que respeitava os petroleiros, que anistiu mais 80 trabalhadores vítimas de perseguição nos Governo do PSDB.

Os dirigentes da Federação Única dos Petroleiros — FUP, a maior organização da categoria, afirmam que ele foi um dos melhores quadros que, além de ouvir e debater, contribuiu para garantir os direitos dos trabalhadores e melhorar as condições de trabalho dos petroleiros.

Zé Eduardo foi um dos grandes companheiros de luta do movimento sindical, popular e da militância do Partido dos Trabalhadores. Foi um guerreiro na luta contra a injustiça social e fez parte do quadro do Partido dos Trabalhadores que dedicou sua vida na defesa dos excluídos.

No movimento sindical, lutou ao lado dos trabalhadores na direção do SINDIMINA — *Sindicato* dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minérios, no período de 1989 até 1994, e de dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores — CUT, de 1988 até 1990.

No Partido dos Trabalhadores, foi militante, fundador e Presidente Nacional, sempre defendendo as causas históricas e bandeiras do nosso partido. Foi um atuante Senador e atualmente era suplente de Senador, além de ter sido candidato em várias eleições, sempre na defesa dos interesses do povo e da classe trabalhadora.

No Estado de Sergipe, Dutra trabalhou e usou o seu prestígio, seja como Senador ou como Presidente da PETROBRAS, para levar dezenas de obras. Entre elas, fez questão de estar presente na assinatura do termo de parceria da Cooperativa dos Assentados do Jacaré-Curituba, que desenvolve um projeto de biocombustível a partir do girassol.

Siga em paz, companheiro José Eduardo Dutra!

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra V.Exa., Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Já que V.Exa. rejeitou a nossa questão de ordem anterior, e às 12h58min completam-se os 30 minutos — é o mesmo artigo relativo ao horário do Pequeno Expediente —, eu pergunto se, chegando 258 Parlamentares, com quórum de 120 Deputados no plenário e 220 na Casa, V.Exa. não será obrigado a encerrar a sessão, já que o quórum de 257, para deliberar, não terá sido atingido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu queria, agradecendo a oportunidade de responder à questão de ordem do Deputado Rodrigo Maia, dizer que o art. 28 diz o seguinte:

"Art. 28. As sessões somente serão abertas com a presença mínima de 1/6 (um sexto) da composição de cada Casa do Congresso."

Foi exatamente o que aconteceu.

"Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quorum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará."

Nós já superamos, Deputado Rodrigo Maia, essa fase, a primeira fase.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Apenas a primeira fase, com 86, que é um sexto dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Exatamente.

"§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28," — que é um sexto, portanto, atingido na abertura da sessão — "o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista."

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Sim, Sr. Presidente. Há dois encaminhamentos: ou a Ordem do Dia não abre, e nós verificamos o quórum de um sexto; ou, quando a Ordem do Dia for aberta, o quórum, obviamente, estará muito distante de qualquer possibilidade de votação, até porque nós queremos manter o voto. E, para manter o voto, a Casa precisa ter pelo menos 450 Deputados presentes, senão nós estaremos dando ao Governo uma vitória sem nenhum tipo de esforço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - O que nós não podemos fazer, na forma do Regimento, é deliberar, pela ausência de quórum. Mas nós podemos continuar discutindo a matéria.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Mas que discussão? A matéria já está em votação, Sr. Presidente!

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - A matéria está em votação.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - São os destaques! Nós temos que começar a Ordem do Dia. Esse é o problema. V.Exa. está com a pauta sobrestada e não pode continuar a sessão de debates por mais de 30 minutos, que se encerram às 12h58min. Isso é o óbvio!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós estamos exatamente dentro da primeira meia hora de Breves Comunicações.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Dentro da primeira meia hora. Está bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Tem a palavra o Senador Paulo Paim para uma questão de ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Sr. Presidente, trata-se mesmo de uma questão de ordem.

Como nós estamos numa sessão do Congresso, eu acho que houve um engano, um equívoco na apreciação da Medida Provisória nº 680, de 2015. Só acredito que foi engano porque incluíram um artigo que acaba com a CLT — *Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil*.

Quero aqui perdoar os Deputados, bem como os Senadores, porque acho que foi engano. Eu não acredito que haja um Parlamentar nesta pátria chamada Brasil que colocaria numa medida provisória que não trata do tema, um dispositivo para simplesmente acabar com a CLT; que colocaria um artigo dizendo que o que vale daqui para frente é o negociado sobre o legislado, a não ser Constituição e acordos internacionais.

Então, Sr. Presidente, eu pergunto a V.Exa. se essa emenda será apreciada pelo Congresso Nacional. Espero que não. Espero que não. É um crime de lesa-pátria retirar dos assalariados brasileiros a CLT. Getúlio Vargas, Leonel Brizola, João Goulart e Alberto Pasqualini devem estar lá no alto chorando.

Como eu acho que foi um engano, não faço nenhum ataque pessoal. Disseram-me, inclusive, que o meu amigo do Rio Grande do Sul, companheiro Darcísio Perondi, a quem eu respeito de longas tradições, teria participado da construção dessa emenda. Eu não acredito.

Conheço o Deputado Darcísio Perondi. É bom que S.Exa. esteja aqui, porque eu não quero acreditar. Eu acho que foi um equívoco e que podemos resolvê-lo sem precisar que essa matéria, tipo jabuti, entre em votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós recebemos a questão de ordem colocada pelo Senador Paulo Paim e pedimos à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal que, por favor, ultime os estudos para que nós possamos rapidamente respondê-la.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu fui citado.

A Medida Provisória nº 680, de 2015, está para ser votada aqui?

Eu quero informar ao Senador Paulo Paim que, em hipótese alguma, é lesa-pátria. Eu reconheço as qualidades de Getúlio Vargas na CLT — *Consolidação das Leis do Trabalho*, que foi vanguarda. Mas, com o tempo, ela precisa ser revisada, como já o foi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Revisar é uma coisa...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - E a emenda que eu apresentei...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - ...colocar uma emenda covarde é outra coisa!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Deputado Darcísio Perondi, eu conheço V.Exa. há muito tempo. Nunca imaginei que V.Exa. faria isso!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Nunca imaginei que V.Exa. faria isso, mas faremos o debate no momento adequado, quando V.Exa. quiser.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim me interrompeu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Agora que V.Exa. não vai revogar a CLT, V.Exa. não vai!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Sr. Presidente, assegure-me a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - V.Exa. não vai revogar a CLT!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu asseguro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Se V.Exa. revogar a CLT, será só por cima do meu cadáver!

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu asseguro a palavra ao Deputado Perondi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - V.Exa. colocou um artigo revogando a CLT.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Não revogamos a CLT.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Revogou, sim! "Vale o negociado sobre o legislado."

(O microfone é desligado.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Isso mostra o desespero do Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Não é desespero, não. Eu vou mostrar que isso V.Exa. não vai aprovar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu asseguro a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, na forma do Regimento. Se for necessário, nós, em seguida, ouviremos também o Senador Paulo Paim. Asseguro a palavra a V.Exa., Deputado Darcísio.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Nesta Casa, já tentamos, em 1998...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - E eu estava aqui. Eu estava aqui! Os senhores se lembram do que aconteceu. V.Exa. se lembra do que aconteceu. Eu fui para o Senado, e derrubamos lá, em seguida. Virei Senador por causa dessa maldita emenda que V.Exa. teve, não diria a coragem, mas a irresponsabilidade de apresentar! (Pausa.)

Ah, V.Exa. destacou! Obrigado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Sr. Presidente, V.Exa. me assegura a palavra agora? Eu não pude concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Asseguro a palavra a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) - Sr. Presidente, peço a palavra em seguida, por favor.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Eu entendo a ansiedade do Senador Paim. Sim, esta Casa uma vez votou. Eu vou trabalhar e muitos Deputados vão trabalhar para votar outra vez. A CLT exige, sim, uma reforma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Reformar é uma coisa, revogar é outra!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - "O acordo acima do legislado." Isso vai evitar desemprego, vai evitar crise na família, vai manter empresas abertas. Isso é uma necessidade!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT-RS) - Meu Deus do Céu! Agora a lei não vale mais.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS) - Olha aqui... Esta Casa... Vou encerrar...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu quero só ponderar ao Deputado Darcísio Perondi e ao Senador Paulo Paim: esta matéria não está na pauta desta sessão do Congresso Nacional. Eu recebi a questão de ordem. Agora, vamos seguir a lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, por até 5 minutos.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PTN-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, espero que eu não esteja aqui pregando ao vento, porque desde que cheguei a este Congresso falo sobre segurança pública.

Neste final de semana, vimos o caso daquele casal, no Rio de Janeiro, entrar em uma favela e ser fuzilado por traficantes. A pessoa estava usando um aplicativo, colocou o endereço errado, entrou na favela, e os traficantes, que dominam o Rio de Janeiro — lá é terra de ninguém —, fuzilaram o casal, encheram o carro de tiros, mataram a empresária, deram coronhada na cabeça do juiz arbitral. Em Minas Gerais, em Contagem, pegaram um professor universitário e amarraram suas mãos para trás. Torturaram o professor e o mataram.

E nós, Sr. Presidente, ficamos assistindo a tudo isso impassíveis. Eu já afirmei aqui e vou afirmar de novo: o Congresso Nacional é responsável por isso, porque nós temos que atualizar a legislação, conforme a mudança dos tempos.

O Código Penal e o Código de Processo Penal são dos anos 40, e não os atualizamos. Quando queremos atualizá-los, S.Exas. ficam discutindo picuinhas de Regimento Interno. Na verdade, Sr. Presidente, deveríamos discutir aqui os problemas do Brasil.

Neste final de semana, Sr. Presidente, eu estive na cidade de Alfenas, em Minas Gerais, onde foi homenageada a UNIFENAS — Universidade José do Rosário Vellano, por seus 43 anos de fundação. Também foi homenageado o Magnífico Reitor Edson Antônio Velano, fundador da Universidade de Alfenas. Tive a honra de lá estar. A Universidade de Alfenas foi responsável pela formação de médicos, advogados e profissionais de outras carreiras.

Portanto, Sr. Presidente, quero homenagear as pessoas aqui presentes e parabenizar a população de Alfenas, em Minas Gerais. Saúdo ainda Larissa Velano, Maria do Rosário e Viviane, pela ótima recepção que tivemos lá.

Parabéns, UNIFENAS, pelos seus 73 anos! A educação é a saída para esta violência, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço o cumprimento do Regimento e o encerramento da sessão, porque não há quórum. Isso está claro. Na Casa não há quórum para deliberação. Então, V.Exa. tem que encerrar a sessão neste instante. São 13 horas. Já se passaram os 30 minutos que são regimentais. Estamos em processo de votação e não há quórum para votarmos absolutamente nada.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero contraditar essa questão de ordem e dizer a V.Exa. que, nos termos do art. 30...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Ele já respondeu a essa questão de ordem, Deputada.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - ... § 1º: uma sessão, uma vez instituída, não pode ser derrubada senão por falta de matéria.

Ora, esta Casa, este Congresso Nacional, tem matéria sobre a mesa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Tem matéria, mas não tem quórum, Deputada.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - Tem matéria, mas não tem quórum, Deputada.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - É natural e adequado que, numa terça-feira...

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) - Vai dar quórum ainda.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - Deputados, é muito bom ouvir as mulheres também quando elas falam. É muito bom ouvirmos todas as vozes no Congresso Nacional.

Então, eu pediria licença aos senhores para que possa contraditar a questão de ordem com base regimental. Justamente no art. 30, § 1º, está dito que, uma vez aberta a sessão, lido o expediente, nós não teremos... No § 2º do art. 29, nós temos a possibilidade de, no curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior, o Presidente dar sequência aos trabalhos, quando houver matéria. Temos matéria sobre a mesa. Por que os senhores têm tanta pressa em derrubar a sessão? Para impedirem a presença de colegas que, neste momento, estão se dirigindo para cá? Podemos abrir a discussão.

Sr. Presidente, inclusive, como argumento, eu destacaria que alguns voos que trazem colegas do Rio Grande do Sul não tiveram oportunidade de sair — exatamente o voo das 6 horas da manhã — por impedimentos de ordem climática na região.

Qual é o interesse dos colegas de impedirem esta sessão de vetos, quando nós temos o que falar e o que fazer? Podemos fazer o bom debate para o Brasil, o que é de interesse do Parlamento.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Sr. Presidente, estão vencidas essas questões.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. já respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu vou conceder a palavra a V.Exa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Eu recomendo, Sr. Presidente: se o PT quer que tenha quórum, basta entregar a Casa Civil e a articulação política para algum outro partido. Talvez assim o Governo consiga o quórum.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - Não foi suficiente essa reforma ministerial. Tem que fazer outra reforma ministerial. Ela foi insuficiente, está claro. Então, dez Ministérios para o PMDB talvez resolvam a questão.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) - Quando V.Exas. ganharem, V.Exas. façam a reforma ministerial. Parem de encher o sapato!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA) - O DEM está querendo entrar no Governo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Senador Walter Pinheiro, com a palavra V.Exa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só aproveitar esta sessão, já que nós estamos ainda na fase preliminar. Não tive a oportunidade de fazer isso no dia de ontem, porque não estive aqui em Brasília, nem no Senado. Quero aproveitar para fazer, na sessão do Congresso Nacional, este registro, que acho que é importante, em relação a uma figura que nós perdemos esta semana e com quem eu tive a oportunidade de conviver, quando, inclusive, liderávamos a Oposição nesta Casa. Refiro-me ao companheiro José Eduardo Dutra.

Num momento histórico do Congresso Nacional, José Eduardo Dutra comandou a Oposição no Senado Federal, representando o Estado do Sergipe. Mas logo se destacou como um Senador com a característica de fazer o bom debate nacional, sem deixar de lado a defesa do seu Estado, sem deixar de lado a defesa da economia nacional, sendo um dos grandes destaques nesse debate sobre o setor mineral, sobre a questão energética no Brasil. Mas, principalmente, foi um Senador que honrou o Estado de Sergipe e, eu diria, mais do que isso, abrilhantou o Senado com sua presença, com suas boas contribuições, com suas grandes intervenções.

Ele se vai muito cedo, aos seus 58 anos. Nós perdemos um companheiro de batalha e um companheiro que, acima de tudo, tinha a sapiência e a dignidade para tocar a convivência neste Congresso Nacional. Foi Senador num dos piores momentos, eu diria, da Oposição deste País. À época, o Governo Fernando Henrique Cardoso tinha ampla maioria.

Inclusive, no período em que meu companheiro José Eduardo Dutra foi Senador da República, o Senado foi presidido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. E foi do Senador Eduardo Dutra a matéria, inclusive, que resultou no pedido de apuração da violação do painel do Senado da República. Portanto, foi por iniciativa do Senador Eduardo Dutra que se deu aquele processo, aquele pedido, que culminou com a renúncia do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Acho que a mais importante contribuição do Senador Eduardo Dutra se deu no bom debate do setor elétrico, do setor de energia, do setor mineral no Brasil, num dos momentos mais difíceis da economia, quando apontou alternativas e caminhos para sair da crise.

Por isso, Senador Renan, eu queria deixar este meu registro, bem como um abraço a toda a família e, principalmente, ao povo de Sergipe, que, na realidade, chora a perda de um dos grandes nomes da política.

Aliás, Sergipe, meu caro Senador Malta, que já tinha perdido o companheiro Déda, também em sua tenra idade, agora perde outro companheiro, José Eduardo Dutra. Foram duas grandes baixas no nosso querido Estado de Sergipe.

Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Esta Presidência se solidariza com o Senador Walter Pinheiro, com o povo de Sergipe, com o povo baiano.

Já determinamos, tanto no Senado Federal quanto no Congresso Nacional, a inserção em ata do voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa., já que não vai encerrar a sessão, para que pelo menos dê continuidade às Breves Comunicações.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Vai encerrar, sim. Tem que encerrar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Faremos isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - V.Exa. tem que encerrar esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Deputados Rubens Bueno, Pauderney Avelino, Rodrigo Maia e Alberto Fraga, vou ouvir todos.

É que o art. 35, no seu § 1º, diz o seguinte:

"Art. 35.....

§1º Esgotada a matéria em discussão, e persistindo a falta de quorum para as deliberações, a Presidência poderá suspender a sessão, por prazo não superior a 30 (trinta) minutos, ou conceder a palavra a Congressista que dela queira fazer uso, salvo o disposto no § 2º do art. 29."

Esse artigo refere-se ao quórum inicial de um sexto.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o problema é que não há matéria em discussão sobre a mesa. Nós estamos em processo de votação dos vetos destacados que estão sobrestando a pauta. Então, não há matéria em debate. O que há é matéria em votação, e não há quórum para deliberar. Esse é o problema.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há matéria em discussão.

Eu faço uma sugestão a V.Exa.: como o prazo regimental foi esgotado, V.Exa., que é o Presidente, pode perfeitamente convocar uma nova sessão para hoje, às 19 horas, já que não pode e não deve, regimentalmente, dar sequência a esta. V.Exa. pode, sim, convocar uma nova sessão e fazê-la à noite. Só que agora, neste momento, V.Exa. infringe o Regimento Interno do Congresso Nacional.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, outra alternativa é fazer uma sessão amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós vamos ouvir todos os Srs. Parlamentares.

Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu consulto a Mesa sobre se há Senadores e Deputados inscritos. Se houver Senadores e Deputados inscritos, V.Exa. tem que dar sequência à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós temos uma extensa lista de inscrição.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) - Sr. Presidente, eu devo ser o 12º ou o 13º inscrito e quero falar. Se o DEM não quer falar, eles vão almoçar e depois voltam.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - A matéria não está em discussão, Sr. Presidente. O Regimento do Congresso Nacional é uma esculhambação. Toda semana é uma regra diferente.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - V.Exa. tinha acabado de responder à minha questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Deputado Rubens Bueno, tem a palavra V.Exa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que nós temos um Regimento que é para todos. Não é para partido A, partido B, Estado A ou Estado B. É para todos, especialmente para a Mesa que dirige os trabalhos.

O art. 31 é claro, Sr. Presidente. Ele fala que a primeira meia hora da sessão será destinada aos oradores inscritos, que poderão usar da palavra pelo prazo improrrogável. Improrrogável! Terminado o expediente, Sr. Presidente, passa-se à Ordem do Dia — é o art. seguinte, o art. 32.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) - O que vale agora...

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) - Os vetos já foram discutidos. Não há discussão sobre isso. Têm que ser votados. Está aqui no art. 31 e 32.

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos pedindo a V.Exa. que coloque para votar aquilo que foi suspenso na última sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - É evidente que nós não vamos forçar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) - Presidente, os inscritos no caso não são os da lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Deputado Amin, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Essa acabou. Os inscritos agora são para encaminhar favorável ou contrariamente ao primeiro item da pauta. Só isso.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Não, não. Já está em processo de votação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE) - Se estivesse em processo de votação... Mas não há quórum. Não há quórum, Presidente, então, tem que encerrar esta sessão, em nome do respeito ao Regimento Interno do Congresso Nacional. Não pode virar uma esculhambação permanente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC) - Como não há quórum, só resta uma coisa: encerrar a sessão.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - Não, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR) - Não há o que fazer, Presidente. Encerre a sessão, para preservar a autoridade da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - É evidente que eu não vou dar continuidade à sessão com a permanência da falta de quórum.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - Sr. Presidente, permita-me apenas...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Mas nós não temos como fugir da regra do Regimento de que nós poderemos ou suspender a sessão por prazo não superior a 30 minutos, ou conceder a palavra a Congressista que queira fazer uso, salvo o disposto no § 2º do art. 29.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Esse prazo, esse tempo já está vencido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Nós já temos quórum no Senado Federal, e continua a falta de quórum na Câmara dos Deputados.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Eu gostaria de ouvir todos. Rapidamente, pela ordem.

Vou conceder a palavra à Deputada Maria do Rosário. Depois, ouviremos todos, para, ao final e ao cabo, decidir o que vamos fazer.

Com a palavra V.Exa., Deputada.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, no seu encaminhamento, por óbvio, eu percebo duas possibilidades: V.Exa. fazer uma suspensão temporária, ou V.Exa. passar a palavra aos oradores que estão inscritos.

No entanto, eu pediria a V.Exa. que observasse que o art. 35 diz que quando a matéria em discussão está esgotada, obviamente a sessão... Por essa lógica, os colegas poderiam ter até alguma razão. No entanto, Sr. Presidente, há dois vetos que entraram no final. Há matéria nova na Mesa, vetos que não foram ainda discutidos. Talvez V.Exa. observe que essa matéria que não foi ainda discutida possa ter sua discussão também nesse período. Então, são dois vetos novos. Sobre eles, não houve nenhuma discussão. Poderíamos, talvez, se V.Exa. concordar, encaminhar no sentido da discussão desses dois vetos e depois dar sequência.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ) - Não há discussão, Presidente!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) - Presidente, pela Liderança do Governo, solicito fazer uso da palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR.) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) - Na forma do Regimento, art. 35, § 1º, inicialmente, eu suspendo a sessão por 30 minutos.

(Suspende-se a sessão às 13 horas e 13 minutos. Decorridos 30 minutos encerra-se a sessão.)

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO ⁽⁸⁾
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁸⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
 7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
 8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Morais, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PSD / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)

Bloco / Partido	Membros
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado José Airton Cirilo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	VAGO
II. Saúde	VAGO
III. Educação e Cultura	VAGO
IV. Integração Nacional	VAGO
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	VAGO
VI. Desenvolvimento Urbano	VAGO
VII. Turismo	VAGO
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	VAGO
IX. Minas e Energia	VAGO
X. Esporte	VAGO
XI. Meio Ambiente	VAGO
XII. Fazenda e Planejamento	VAGO
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	VAGO
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	VAGO
XV. Defesa e Justiça	VAGO

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, SD, PSC, PHS, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 58 páginas
(O.S. 13236/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

